

Farma Comercio Ltda, Biohosp Produtos Hospitalares S/A, Cirúrgica Olímpio Eireli EPP, Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, Dimebrás Comercial Hospitalar Ltda, Drogafonte Ltda, Drogaria Carolina Carvalho Ltda, Equipar Medico e Hospitalar Ltda, Flávia Genelhu Penna, Lumar Comercio de Produtos Farmacêuticos Ltda. **Data:** 21/10/2019. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO PRESENCIAL SRP – Nº 73/2019. PROCESSO Nº 106/2019. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresas:** Ata RP nº 151/2019: Alfalagos Ltda, CNPJ: 05.194.502/0001-14, Valor: R\$ 141.731,85. Ata RP nº 152/2019: BH Farma Comercio Ltda, CNPJ: 42.799.163/0001-26, Valor: R\$ 201.715,40. Ata RP nº 153/2019: Biohosp Produtos Hospitalares S/A, CNPJ: 18.269.125/0001-87, Valor: R\$ 874.939,04. Ata RP nº 154/2019: Cirúrgica Olímpio Eireli EPP, CNPJ: 01.140.868/0001-50, Valor: R\$ 305.654,50. Ata RP nº 155/2019: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, CNPJ: 67.729.178/0002-20, Valor: R\$ 944.146,00. Ata RP nº 156/2019: Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, CNPJ: 44.734.671/0001-51, Valor: R\$ 730.104,70. Ata RP nº 157/2019: Dimebrás Comercial Hospitalar Ltda, Valor: R\$ 684.799,00. Ata RP nº 158/2019: Drogafonte Ltda, Valor: R\$ 331.102,50. Ata RP nº 159/2019: Drogaria Carolina Carvalho Ltda, CNPJ: 05.776.520/0001-04, Valor: R\$ 103.971,59. Ata RP nº 160/2019: Equipar Medico e Hospitalar Ltda, CNPJ: 25.725.813/0001-70, Valor: R\$ 61.365,60. Ata RP nº 161/2019: Flávia Genelhu Penna, CNPJ: 24.325.781/0001-52, Valor: R\$ 55.456,16. Ata RP nº 162/2019: Lumar Comercio de Produtos Farmacêuticos Ltda, Valor: R\$ 35.405,00. **Valor Global:** R\$ 4.470.391,34. **Data:** 21/10/2019. Paulo Rodrigues Rocha - Secretário Municipal da Fazenda. Monte Carmelo, 21 de outubro de 2019.



**DEPARTAMENTO MUNICIPAL  
DE ÁGUA E ESGOTO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA ESGOTO DE  
MONTE CARMELO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 0018/2019, MODALIDADE  
PREGÃO-PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº:  
013/2019, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.**

O Diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia **28/11/2019 às 09h00min** no Setor de Licitações, situado nesta cidade à Av. Olegário Maciel, nº 480, perante a comissão para tal designado, Pregão Presencial-Registro de Preços, do tipo menor preço por item, **REFERE-SE A REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO PERTENCENTES AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.** Os interessados poderão procurar a Diretoria de Licitações de 08h00min às 11h00min e de 13h00min às 17h00min para obterem maiores informações ou pelo telefone (34)3842-2595 ramal: 35. O Edital encontra-se a disposição dos interessados. Monte Carmelo/MG, 14 de novembro de 2019. Setor de Licitações.

**ALEX MARTINS PEREIRA**  
MEMBRO DA COMISSÃO

**EXPEDIENTE**

**DIÁRIO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO**

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

[ACESSE: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

**Órgão Oficial do Município**

**Dia 18 de Novembro de 2019**  
**Lei nº 661 de 09 de abril de 2007**

**Ano XIII**

**Nº 1771**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1564, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.**

**“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO A CELEBRAR TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 0465/2017, FIRMADO ENTRE O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS – SEBRAE-MG E A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - JUCEMG.”**

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar termo de adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 0465/2017, constante no Anexo I da presente Lei, celebrado entre o serviço de apoio às micro e pequenas empresas de Minas Gerais – SEBRAE-MG e a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG.

**Art. 2º.** Constitui objeto do Termo de Adesão a implantação, promoção e coordenação de ações para prestação de serviços, informações e capacitações a empreendedores, empresários e usuários das Salas Mineiras do Empreendedor.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 12 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município

**ANEXO I**

EST	UN	CENTRO DE CUSTO
SED	144	252002

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** que entre si celebram o **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS - SEBRAE-MG** e a **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - JUCEMG**.

O **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS**, serviço social autônomo, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 16.589.137/0001-43, com sede em Belo Horizonte na Avenida Barão Homem de Melo, 209 - Nova Granada, CEP 32041-085, doravante denominado **SEBRAE-MG**, neste ato representado por seu Diretor Técnico, Anderson Costa Cabido, brasileiro, portador do RG M2631330 e do CPF nº 454.191.246-53, e por seu Diretor Técnico, Anderson Costa Cabido, brasileiro, portador do RG M4370328 e do CPF nº 813.617.426-15, e a **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, sediada na Rua Siqueira, 64, Bairro Boa Viagem, CEP nº 30130-170, em Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 17.486.275/0001-80, neste ato representada por seu Presidente, José Ronaldo Bitencourt Junior, portador do RG M21010155 e do CPF nº 432.047.306-30, Map nº 1365560-2, doravante denominada **JUCEMG**, resolvem firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, doravante denominado **ACORDO**, regido pela Lei nº 8.666/92 e, no que couber, pela Instrução Normativa nº IN/DIREX/001/2014-02, baixada pela Resolução nº RE/DSU/02/2018, de 05/07/2016, vigente a partir de 06/07/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1- Constitui objeto do presente **ACORDO** entre os partícipes e futuros aderentes, nos campos de suas atribuições e respectivas competências, a implantação, a promoção e coordenação de ações para prestação de serviços, informações e capacitações a empreendedores, empresários, usuários da Sala Mineira do Empreendedor em Minas Gerais.

1.1.1- A prestação dos serviços, informações e capacitações envolverão temas relacionados à simplificação do processo de registro e legalização de empresas, bem como a compras governamentais, reconstrução legal e funcional, qualificação profissional e educação empreendedora, empreendedorismo, criação e fortalecimento dos arranjos e encadeamentos empresariais, microempreendedor individual.

1.1.2- Para consecução dos objetivos previstos nesta cláusula, os convenientes permitirão a adesão de Prefeituras municipais, compreendendo as mesmas as obrigações previstas em cláusulas específicas.

1.1.3- Para consecução dos objetivos previstos nesta cláusula, os municípios aderentes poderão firmar Acordos de Cooperação Técnica diretamente com entidades públicas e privadas, desde que comunicado e formalizado ao SEBRAE-MG e JUCEMG a celebração deste **ACORDO**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ADESÃO**

2.1- A adesão dos Municípios do Estado de Minas Gerais ao presente **ACORDO** será formalizada pela assinatura de Termo de Adesão, conforme minuta referencial constante do Anexo I.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

3.1- Constituem obrigações do **SEBRAE-MG**:

3.1.1- Realizar, sob demanda, a capacitação e/ou treinamento aos empreendedores, empresários e/ou gestores públicos nas áreas temáticas constantes na Cláusula Primeira do presente **ACORDO**.

3.1.1.1- A realização das capacitações pelo **SEBRAE-MG** sujeita-se a disponibilidade orçamentária, avaliação do número mínimo de participantes estabelecido para cada edição educacional e disponibilidade do consultor/instrutor.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais**  
Av. Barão Homem de Melo, 209 - Nova Granada - Belo Horizonte - MG  
CEP 32041-085  
Tel: (31) 3379.9236 - (31) 3379.9237 - [www.sebraemg.com.br](http://www.sebraemg.com.br)

**SEBRAE**

TIPO: ACORDO  
Nº: 0465/2017

- 3.1.2- Prestar informações à **JUCEMG** sobre o andamento das ações, bem como a relação dos participantes dos cursos de capacitação/treinamento sob sua responsabilidade.
- 3.1.3- Divulgar e levar ao conhecimento do universo das micro e pequenas empresas os benefícios advindos deste **ACORDO**.
- 3.1.4- Apoiar a **JUCEMG** na coordenação, articulação e monitoramento das ações e atividades das Salas Mineiras do Empreendedor nos municípios aderentes.
- 3.1.5- Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta da **JUCEMG** e dos municípios aderentes, sem expressa autorização.
- 3.1.6- Comunicar, por escrito, ao **JUCEMG** acerca de qualquer eventualidade que interrompa ou dificulte a execução das ações, objeto deste instrumento, assim como necessidades de modificações das ações previstas.
- 3.1.7- Manter sempre em absoluto sigilo, sob as penas da Lei, os métodos, processos, resultados, conhecimento e informações geradas na execução do objeto deste instrumento, não podendo reproduzir os materiais utilizados, dados apurados, divulgar ou repassar a terceiros sem autorização expressa da **JUCEMG**.
- 3.2- Constituem obrigações da **JUCEMG**:
- 3.2.1- Articular junto aos órgãos parceiros do Governo Estadual a promoção da prestação de serviços, informações e capacitações por meio da Sala Mineira do Empreendedor.
- 3.2.2- Prestar informações aos partícipes e/ou municípios aderentes sobre o andamento das ações, bem como a relação dos participantes dos cursos de capacitação/treinamento sob sua responsabilidade.
- 3.2.3- Divulgar e levar ao conhecimento do universo das micro e pequenas empresas os benefícios advindos deste **ACORDO**.
- 3.2.4- Coordenar, articular e acompanhar, com o apoio do **SEBRAE-MG**, o desempenho e desenvolvimento das ações e atividades da Sala Mineira do Empreendedor nos municípios aderentes.
- 3.2.5- Elaborar e disponibilizar os relatórios de acompanhamento referente às atividades desenvolvidas.
- 3.2.6- Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta do **SEBRAE-MG** e dos municípios aderentes, sem expressa autorização.
- 3.2.7- Comunicar, por escrito, ao **SEBRAE-MG** acerca de qualquer eventualidade que interrompa ou dificulte a execução das ações objeto deste instrumento, assim como necessidades de modificações das ações previstas.
- 3.2.8- Manter sempre em absoluto sigilo, sob as penas da Lei, os processos, resultados, conhecimento e informações geradas na execução do objeto deste instrumento, não podendo reproduzir os materiais utilizados, dados apurados, divulgar ou repassar a terceiros sem autorização expressa do **SEBRAE-MG**.
- 3.2.9- Executar a coordenação e monitoramento do Serviço Minas Fácil Digital, elaborando e fornecendo o manual operacional, bem como o fluxo deste Serviço.
- 3.2.10- Capacitar e treinar os servidores disponibilizados pela prefeitura municipal e/ou aderente, para execução dos serviços afetos à **JUCEMG**.
- 3.2.11- Disponibilizar informações iniciais, referentes aos procedimentos formais para o registro mercantil, bem como o registro formal da empresa.
- 3.2.12- Prover os serviços de hospedagem e de manutenção corretiva e evolutiva do software do Serviço Minas Fácil Digital.
- 3.2.13- Disponibilizar o acesso e o direito de uso do software do Serviço Minas Fácil Digital para os municípios aderentes e/ou parceiros, se for o caso.
- 3.2.14- Aceitar ou declinar, de acordo com sua conveniência e oportunidade, tendo em vista subitem 3.3.8, a indicação de servidor municipal efetivo para profere, mediante delegação do Presidente da **JUCEMG**, decisões singulares, conforme Instrução Normativa DREI nº 4 de 5 de dezembro de 2013, sem prejuízo das delegações vigentes.
- 3.2.15- Autorizar a instalação da Sala Mineira do Empreendedor nos locais onde a **JUCEMG** possui sede ou Escritório Regional, somente nos casos de impossibilidade da cessão do local por parte do município.
- 3.3- Constituem obrigações do **MUNICÍPIO** aderente:
- 3.3.1- Implantar a Sala Mineira do Empreendedor.

**SEBRAE**

TIPO: ACORDO  
Nº: 0465/2017

- 3.3.2- Disponibilizar o espaço físico, seja por meio próprio ou por meio de parceria estabelecida com outro órgão ou entidade, exclusivamente no interesse de prestar os serviços, objeto deste **ACORDO**, ao empreendido aderente.
- 3.3.3- Responsabilizar-se pela instalação do mobiliário, bem como prover os recursos computacionais necessários, tais como microcomputadores e impressoras, seja por meio próprio ou por meio de parceria estabelecida com outro órgão ou entidade, necessário ao funcionamento da Sala Mineira do Empreendedor.
- 3.3.4- Disponibilizar pelo menos uma linha telefônica, possibilitando ligações urbanas e interurbanas, bem como, acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet).
- 3.3.5- Responsabilizar-se pelo custeio das despesas, seja por meio próprio ou por meio de parceria estabelecida com outro órgão ou entidade, com tributos, consumo de água e energia elétrica, material de escritório, material de informática, impressa e conservação e demais despesas que incidirem sobre o local onde:
- 3.3.6- Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta da **JUCEMG** e/ou **SEBRAE-MG**.
- 3.3.7- Disponibilizar recursos humanos para atuar na Sala Mineira do Empreendedor e para a operacionalização do Serviço Minas Fácil Digital, conforme Manual da Sala Mineira do Empreendedor e Manual do Serviço Minas Fácil Digital, parte integrante deste **ACORDO** e submeter os às capacitações, arando com as despesas salariais, de encargos sociais, trabalhistas e previdenciárias, de transporte, deslocamento, traslado, alimentação e hospedagem de seus servidores e/ou colaboradores, quando em ação de cumprimento dos objetivos deste **ACORDO**.
- 3.3.8- O **MUNICÍPIO** aderente poderá disponibilizar servidor municipal efetivo do seu quadro de pessoal para profere, mediante delegação do Presidente da **JUCEMG**, decisões singulares, conforme Instrução Normativa DREI nº 4 de 5 de dezembro de 2013. No entanto, caberá a **JUCEMG**, de acordo com sua conveniência e oportunidade, aceitar ou declinar a indicação. Os custos da aquisição do certificado digital para realização desta atividade correrão por conta do **MUNICÍPIO**.
- 3.3.9- Divulgar e dar publicidade às ações desenvolvidas na Sala Mineira do Empreendedor.
- 3.3.10- Articular e firmar parcerias locais para oferecer serviços, informações e capacitações através da Sala Mineira do Empreendedor.
- 3.3.11- Elaborar e disponibilizar à **JUCEMG** e ao **SEBRAE-MG** documentos e relatórios que comprovem a atuação da Sala Mineira do Empreendedor.
- 3.3.12- Executar a gestão operacional da Sala Mineira do Empreendedor.
- 3.3.13- Integrar-se à REDESIM, por meio do Serviço Minas Fácil Digital.
- 3.3.14- Verificar se a atividade econômica a ser desenvolvida pode ser realizada no endereço informado para a instalação da empresa, bem como a necessidade de obtenção de licenças e pareceres especiais do meio ambiente e vigilância sanitária do **MUNICÍPIO**, dentro dos prazos constantes na tabela do Anexo IV deste **ACORDO**, tudo de acordo com a legislação municipal.
- 3.3.15- Prestar os serviços de inscrição no seu respectivo cadastro local.
- 3.3.16- Expedir ao usuário, a inscrição municipal, avarias de funcionamento e de localização e, quando couber, as licenças de meio ambiente e vigilância sanitária.
- 3.3.17- Assegurar o cumprimento dos prazos de abertura de empresas estabelecidos pelo Serviço Minas Fácil Digital, conforme tabela constante do Anexo IV deste **ACORDO**.
- 3.3.18- Garantir o fiel cumprimento da Lei Complementar 123/2006 e Lei 11.588/2007, principalmente quanto à emissão de alvará sem a obrigatoriedade de vistorias prévias para as atividades de baixo risco.
- 3.3.19- Realizar o redesenho do processo de abertura, alteração e baixa, no âmbito do **MUNICÍPIO** para torná-lo mais eficiente e desburocratizado.
- 3.3.20- Prestar os serviços afetos às suas competências institucionais e executar, no que lhe couber, os procedimentos previstos no Manual Operacional do Serviço Minas Fácil Digital, parte integrante deste **ACORDO**, respeitando os prazos estabelecidos.
- 3.3.21- Capacitar o pessoal designado para atendimento no Serviço Minas Fácil Digital, bem como assegurar aos mesmos o acesso aos sistemas próprios para a execução dos serviços de sua competência.
- 3.3.22- Substituir, sempre que necessário, o pessoal disponibilizado para a operacionalização do Serviço Minas Fácil Digital, em decorrência de faltas, ferias ou descumprimento das normas de Regime Mercantil, bem como, de procedimento ético e regulamentos, sejam eles emanados do **MUNICÍPIO** ou da **JUCEMG**.
- 3.3.23- Nomear (ou) Agente(s) de Desenvolvimento, conforme Art. 85-A da LC 123/2006, conforme previsto no Manual da Sala Mineira do Empreendedor.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais**  
Av. Barão Homem de Melo, 209 - Nova Granada - Belo Horizonte - MG  
CEP 32041-085  
Tel: (31) 3379.9236 - (31) 3379.9237 - [www.sebraemg.com.br](http://www.sebraemg.com.br)



**SEBRAE**

TIPO: ACORDO  
N.º: 0465/2017

3.3.24- Designar Secretário Municipal responsável pela agenda do desenvolvimento local, conforme previsto no Manual da Sala Mineira do Empreendedor;

3.3.25- Fimar o Termo de Responsabilidade do Usuário constante do -Formulário de permissão para acesso: SRM/VIABILIDADE/REDE-, nos termos do ANEXO III, deste ACORDO.

3.3.26- Fimar o Termo de Adesão do ACORDO celebrado em 07 de julho de 2011, entre a JUNT COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, para integrante deste ACORDO.

3.3.27- Responsabilizar-se pela aquisição e instalação das placas de identificação e de sinalização, conforme informações do manual de implementação da Sala Mineira do Empreendedor;

3.3.28- Manter e disponibilizar, quando solicitado pelo SEBRAE-MG e/ou JUCEMG, evidências da implantação da sala, conforme Manual de Implementação da Sala Mineira do Empreendedor;

3.3.29- Cumprir, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da assinatura do Termo de Adesão ao presente instrumento, as obrigações contidas nos subitens 3.12, 3.13, 3.14, 3.15, 3.16, 3.17 e 3.18, mediante apresentação do Plano de Trabalho contido no Manual de Implementação da Sala Mineira do Empreendedor, antes 5.

3.3.30- Comunicar, por escrito, aos participantes quaisquer eventualidades que possam interferir, dificultar ou interromper a consecução do objeto deste ACORDO.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

4.1- Não haverá repasse de recursos entre as partes e entre os municípios aderentes na realização do objeto deste ACORDO, sendo que cada órgão arcará com as despesas de sua atuação.

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E PRIORIDADE**

5.1- O presente instrumento vigorará pelo prazo 60 (sessenta) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério das partes, nas condições e prazos que vierem a ser acordados.

5.2- O disposto na cláusula 5.1 não impedirá o acompanhamento e fiscalização constante por parte dos convenientes das atividades exercidas na Sala Mineira do Empreendedor.

**CLÁUSULA SEXTA - DA REGULAMENTAÇÃO**

6.1- O presente ACORDO é regido pela Lei nº 8.666/93 e, no que couber, pela Instrução Normativa SEBRAE-MG nº 01/DIREX/2011/2014-2, baseada na Resolução nº 1/REDSU/2009-6 de 05/07/2016, vigente a partir de 06/07/2016, cujo inteiro teor as partes declaram ter plena ciência, valendo a assinatura ao final lançada neste instrumento como recibo de entrega do referido normativo.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO**

7.1- As partes ficarão asseguradas o direito de acompanhar a realização das ações, objeto deste ACORDO, assim como questionar quaisquer eventualidades que interrompam ou dificultem a execução das mesmas.

7.2- O acompanhamento da execução deste ACORDO, pelo SEBRAE-MG, será realizado pelo funcionário Cassio Da Silva Duarte - CPF: 733.011.796-00, ou, na falta deste, por quem o SEBRAE-MG indicar para cumprir esta função.

7.3- O acompanhamento da execução deste ACORDO, pelo JUCEMG, será realizado pelo Sr. Gabriel Medeiros Pires Tavares - NASP: 1293031-7 ou, na falta deste, por quem o JUCEMG indicar para cumprir esta função.

7.4- O acompanhamento, pelo MUNICÍPIO, será realizado pelo funcionário designado no respectivo Termo de Adesão.

7.5- O acompanhamento realizado por cada um dos participantes não diminuirá nem substitui a responsabilidade dos outros convenientes, decorrente das obrigações assumidas neste ACORDO.

**CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO**

8.1- Este ACORDO poderá ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, pelas partes respeitadas a antecedência mínima de 30 (trinta) dias da vigência da denúncia, ou mediante ACORDO, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigorado, resguardando sempre o interesse público.

8.1.1- No mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1 deste ACORDO, deverá o MUNICÍPIO aderente manifestar seu interesse em desligar-se do presente ACORDO.

**CLÁUSULA NONA - DO PESSOAL, RESPONSABILIDADE E ONUS FISCAIS**

9.1- O pessoal que a qualquer título for utilizado na execução deste ACORDO guardará a vinculação de origem, não implicando em relação jurídica de qualquer natureza, momento trabalhista, para com outros participantes.

9.2- As despesas relativas a transporte, alimentação e hospedagem do servidor cedido, sejam eles servidores municipais ou terceirizados, para capacitação e treinamento, em localidade diversa daquela em que prestam regularmente seus serviços, ficarão a cargo do MUNICÍPIO aderente.

9.3- O MUNICÍPIO será o único responsável pelas suas respectivas empregadas/servidores, bem como por todas as exigências da legislação trabalhista, civil, tributária e previdenciária, não existindo entre seus empregados e o SEBRAE-MG e o JUCEMG nenhum vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza. A mesma disposição se aplica aos empregados do SEBRAE-MG e do JUCEMG.

9.4- O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á por todas as obrigações e encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que dizem respeito aos profissionais que executarão as ações, objeto do presente ACORDO.

9.5- O MUNICÍPIO responsabilizar-se por todas as obrigações tributárias, incidentais fiscais, previdenciárias e contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outros encargos em decorrência, direta ou indireta, deste ACORDO ou de sua execução, nos termos da legislação tributária.

9.6- O MUNICÍPIO responde perante o SEBRAE-MG e o JUCEMG por qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência das ações previstas neste ACORDO, por atos dos seus profissionais, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao SEBRAE-MG e o JUCEMG o exercício do direito de regresso, incluindo o SEBRAE-MG e o JUCEMG de qualquer responsabilidade solidária e/ou subsidiária.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA SEGURANÇA, DO SIGILO, DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**

10.1- É de inteira responsabilidade do MUNICÍPIO aderente e do parceiro o uso das informações (dados cadastrais) de propriedade do SEBRAE-MG e do JUCEMG, que venham sido por eles disponibilizados em razão deste ACORDO, devendo estas manter a confidencialidade na manipulação de dados cadastrais e o sigilo necessário, do mesmo modo que em outras informações e serviços prestados diretamente aos interessados.

10.1.1- A utilização de informações (dados cadastrais), diversa da finalidade e objetivo deste ACORDO, implicará na responsabilização civil e criminal do agente que a praticou, além de outras sanções legalmente cabíveis.

10.2- Qualquer informações negociais, comerciais, financeiras e/ou técnicas, desde que não sejam públicas ou de conhecimento íntimo, a que as partes, aderentes ou parceiros tiverem acesso, em decorrência da execução das atividades deste ACORDO, serão doravante denominadas, isoladas ou conjuntamente, INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, sendo que entretanto a falta de assinatura deste instrumento, devendo os municípios aderentes e/ou parceiros dar-lhes o seguinte tratamento:

10.2.1- Não distribuí-las, revelá-las ou divulgá-las de modo algum para terceiros, exceto para seus próprios funcionários/empregados envolvidos na execução deste instrumento, desde que estejam obrigados ao presente compromisso de confidencialidade por força de seus cargos, contratos de emprego ou outros vínculos;

10.2.2- Usá-las exclusivamente para as finalidades deste instrumento, ressalvada a possibilidade de os participantes acordarem diversamente por escrito;

10.2.3- Tratá-las com o mesmo cuidado adotado para as informações próprias de cada um dos participantes, observando idênticos graus de importância;

10.2.4- Mantê-las como propriedade do JUCEMG, em caso de rescisão;

10.2.5- Observar todas as disposições pertinentes ao sigilo, inclusive bancário.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DIREITO PATRIMONIAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL**

11.1- A JUCEMG cederá ao MUNICÍPIO aderente o uso do sistema SRM, de sua propriedade intelectual, referente aos serviços a serem realizados pelo MUNICÍPIO, em decorrência deste ACORDO, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666/1993, combinado com o artigo 4º da Lei nº 3.620/1998.

11.2- O MUNICÍPIO aderente e seus servidores designados para operacionalização deste sistema, ficam proibidos de veicular e comercializar os dados e documentos que compõem este sistema, relativamente ao objeto deste ACORDO.

11.3- O MUNICÍPIO aderente e seus servidores deverão manter sigilo a respeito das informações e dos dados processados e de quaisquer outros assuntos ligados às atividades desenvolvidas na execução do objeto deste ACORDO, bem como, programas, toda documentação técnica e sua documentação técnica, de propriedade exclusiva do JUCEMG, sendo proibida sua

cessão, locação ou venda a terceiros.

11.4- O MUNICÍPIO aderente e seus servidores designados para operacionalização deste sistema ficam proibidos de divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos serviços, objeto deste ACORDO, a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da JUCEMG, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

12.1- A JUCEMG providenciará, às suas expensas, a publicação do extrato deste ACORDO e futuros aditivos nos seus órgãos de imprensa Oficial.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1- Considerando que não haverá repasse de qualquer valor entre as partes, não haverá indicação de rubricas orçamentárias para o presente ACORDO.

13.2- As eventuais despesas decorrentes do disposto na cláusula terceira deste ACORDO, deverão ocorrer por processo próprio e desvinculado deste ACORDO.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA TOLERÂNCIA QUANTO AS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS**

14.1- Nenhuma omissão ou demora pelas partes em exercer qualquer direito estabelecido neste ACORDO ou previsto em Lei, deverá operar o constituir renúncia a este.

14.2- Qualquer renúncia a direito ou a dispositivo previsto no presente ACORDO deverá ser feita formalmente por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ANTICORRUPÇÃO**

15.1- Os participantes se comprometem a atuar exclusivamente dentro do escopo da lei aplicável em vigor.

15.2- Os participantes assumem que são expressamente contrárias às práticas de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, assim entendidos todos aqueles atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.3- Para fins de cumprimento do disposto na presente cláusula, os participantes declaram que:

a) estão cientes, conhecem e entendem os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de qualquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente ACORDO;

b) não foram condenados pelas práticas previstas na Lei 12.846/2013;

c) seus sócios, diretores, administradores, empregados, assessores, prepostos e colaboradores não cometeram qualquer ato ilícito nem auxiliado, incitado ou instigado terceiros a cometerem atos ilícitos, que incluem oferecer, conceder, receber ou aceitar pagamentos, doações, compensação, benefícios ou quaisquer outras vantagens indevidas e/ou ilegais para si ou para terceiros, bem como o desvio de finalidade do presente ACORDO ou atos lesivos expressamente previstos na Lei Federal nº 12.846/13, que constituam prática legal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste ACORDO.

15.4- Os participantes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados, em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste ACORDO.

15.5- Caso um dos participantes viole essas regras, a outra parte poderá rescindir motivadamente o ACORDO.

15.6- Caso um dos participantes viole essas regras, o mesmo se obriga a arcar com todos os prejuízos gerados a outra parte, relativos a todo e qualquer passivo, dano, perda ou danos, penalidades decorrentes de responsabilização administrativa e civil, na forma da Lei Federal nº 12.846/13, causas judiciais, honorários advocatícios e eventuais outras despesas que porventura venha ter, decorrentes da violação dessas regras, desde que fique absolutamente comprovada sua culpa e o nexo de causalidade entre o ato realizado e o dano causado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1- Casos omissos e modificações serão resolvidos entre os participantes através de Termos Aditivos, que farão parte integrante deste ACORDO.

16.2- Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, que será o competente para dirimir dúvidas decorrentes da execução deste ACORDO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS ANEXOS**

17.1- Integram o presente ACORDO, para todos os efeitos, independentemente de sua transcrição e naquilo que couber: ALÉM dos anexos abaixo relacionados, o ACORDO celebrado em 07 de julho de 2011, entre a JUNT COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a Secretaria da Receita Federal do Brasil e seu anexo:

a) ANEXO I - TERMO DE ADESAO PARA MUNICIPIOS;

b) ANEXO II - PLANO DE TRABALHO DOS MUNICIPIOS ADERENTES;

c) ANEXO III - TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ACESSO AO FORMULÁRIO DE PERMISSÃO PARA ACESSO: SRM/VIABILIDADE/REDE;

d) ANEXO IV - TABELA DE PRAZOS;

e) ANEXO V - MANUAL DE ADESAO AO SERVIÇO MINAS FÁCIL DIGITAL.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente ACORDO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2017.

AFONSO BARRA ROCHA  
DIRETOR SUPERINTENDENTE  
SEBRAE-MG

ANDERSON COSTA CABIDO  
DIRETOR TÉCNICO  
SEBRAE-MG

JOSÉ DONALDO MITTENCOURT JUNIOR  
PRESIDENTE  
CONTRATADA

Nome: Cassio Silva Duarte  
CPF nº: 733.011.796-00  
TESTEMUNHA:

Nome: Cassio Silva Duarte  
CPF nº: 733.011.796-00  
TESTEMUNHA:

CASSIO SILVA DUARTE  
ACOMPANHAMENTO  
SEBRAE-MG

Nome: Cassio Silva Duarte  
CPF nº: 733.011.796-00  
TESTEMUNHA:

GABRIEL MEDEIROS PIRES TAVARES  
Técnicos de Gestão de Negócios  
NASP: 1293031-7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1565, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO A CELEBRAR TERMO DE ADESAO AO CONVÊNIO FIRMADO EM 07 DE JULHO DE 2011 ENTRE A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – RFB, E A JUNT COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – JUCEMG, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO DOS CADASTROS E O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES ENTRE O CADASTRO SINCRONIZADO NACIONAL – CADSINC, E O SISTEMA APLICATIVO DE INTEGRAÇÃO ESTADUAL.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a

posteriores, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 24/10/2019 a 31/12/2019.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 24/10/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 08 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PORTARIA Nº 9833, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.**

“Concede licença prêmio que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO, nos termos do Artigo 156 da Lei Complementar, nº 08 de 09/12/2005, ao (a) servidor (a) VANUSA LUIZA DA SILVA, matrícula 30864, cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, pelo período de 01/11/2019 a 30/11/2019.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/11/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 08 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PORTARIA Nº 9834, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

“Faz exoneração que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Exonerar PAMELLA RICARDO DA SILVA AMARAL, matrícula 441005, ocupante do cargo de PEB-I, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem em 31/10/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 11 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PORTARIA Nº 9835, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.**

“Faz exoneração que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Exonerar RENAN JACO FERNANDES, matrícula 440993, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem em 31/10/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 11 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG, EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 08/2019, Dispensa nº 01/2019, Processo 04/2019. Contratante:** Município de Monte Carmelo. **Contratada:** Imobiliária Turmalina Ltda EEP, CNPJ: 13.586.298/00001-05. **Objeto:** Rescisão de Contrato Administrativo, com fundamento no art. 79, I, da Lei 8.666/93. **Data:** 01/11/2019. Monte Carmelo, 01 de novembro de 2019. Paulo Rodrigues Rocha. Secretário Municipal de Fazenda.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. MODALIDADE:** Inexigibilidade nº. 15/2019 – Processo nº 125/2019. **Objeto:** Refere-se à Inexigibilidade para a Contratação da Secretaria do Estado de Governo, para Publicação de atos oficiais da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, no Diário Oficial de Minas Gerais, conforme artigo 25, Inciso II, da Lei 8.666/93. **Partes:** Município de Monte Carmelo – MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78, e: Empresa Secretária do Estado de Governo, CNPJ: 05.475.103/0001-21. **Valor Total:** 88.590,00. Contrato nº 139/2019. **Vigência:** 12 meses. **Data:** 12/11/2019. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal da Fazenda. **Aviso de Habilitação.** O Presidente da CPL torna público o resultado da Habilitação do Processo nº 125/2019 – Inexigibilidade nº 15/2019. Proponente Habilitada: Secretaria do Estado de Governo, CNPJ: 05.475.103/0001-21. **Data:** 12/11/2019. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Presidente da Comissão Permanente de Licitação. **Aviso de Ratificação.** O Secretário Municipal da Fazenda do Município de Monte Carmelo - MG torna publica a Ratificação do Processo nº 125/2019 – Inexigibilidade nº 15/2019, em favor do Proponente: Secretaria do Estado de Governo, CNPJ: 05.475.103/0001-21. **Data:** 12/11/2019. Paulo Rodrigues Rocha, Secretário Municipal da Fazenda.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 73/2019 – PROCESSO Nº 106/2019.** Objeto: Refere-se à registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, para Atendimento aos Usuários do Sistema Público de Saúde do Município e Processos de Ordem Judicial, com reserva de Itens para Participação Exclusiva de ME, EPP e MEI, para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo/MG. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 106/2019, modalidade Pregão SRP nº 73/2019 – Tipo: menor preço por item. **Empresas Habilitadas:** Alfalagos Ltda, BH Farma Comercio Ltda, Biohosp Produtos Hospitalares S/A, Cirúrgica Olímpio Eireli EPP, Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, Dimebrás Comercial Hospitalar Ltda, Drogafonte Ltda, Drogaria Carolina Carvalho Ltda, Equipar Medico e Hospitalar Ltda, Flávia Genelhu Penna, Lumar Comercio de Produtos Farmacêuticos Ltda. **Data:** 11/10/2019. Iscleris Wagner Gonçalves Machado - Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 73/2019 – PROCESSO Nº 106/2019.** O Secretário Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 106/2019, modalidade Pregão SRP nº 73/2019 – Tipo: menor preço por item, em favor das Empresas: Alfalagos Ltda, BH



do solo. Segue pelo lado esquerdo de uma construção desativada que era usada pela Cerâmica Belmonte e neste ponto tem uma profundidade de 1,05m do nível do solo. Continua até a Rua Tubarão onde a Rede Pluvial se encontra a 4,49m do poste da Cemig e numa profundidade de 1,43m do nível do solo, sendo que a 7,05m, antes do poste se encontra um PV. Deste segue por mais 79,17m até outro PV situado no alinhamento da Rua Anchoa e daí segue por mais de 42,59m, até a divisa dos três confrontantes (Cerâmica Belmonte, Ruy Barbosa e Praça Geraldo Neves "Área Verde da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo").

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 15 de outubro de 2019.

Monte Carmelo, 14 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**"DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO DO ABRIGO MUNICIPAL SR. MANOEL FERREIRA DE ALMEIDA"**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme reunião deliberativa ordinária do dia 14 de novembro de 2019 com os membros do CMDCA.

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 1.250/2015, de 08 de Abril de 2.015, que estabelece novos parâmetros relativos Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal 8.069/90, Estatuto Da Criança e do Adolescente;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 105, de 15 de junho de 2005, do CONANDA que dispõe sobre os Parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº42, de 27 de outubro de 2017, do CMDCA que dispõe sobre os Parâmetros para Inscrição de Programas, Projetos e Serviços no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Aprovar a renovação de Certificado de Registro do "ABRIGO MUNICIPAL SR. MANOEL FERREIRA DE ALMEIDA", entidade governamental da modalidade de acolhimento institucional de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social no município de Monte Carmelo, inscrita sob o nº012, com validade até 18 de novembro de 2021.

**Art. 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 18 de novembro de 2019.

**DANIEL DIAS DE OLIVEIRA**  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Gestão 2018-2020



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



### CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### RESOLUÇÃO N.º 50, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

*Dispõe sobre a aprovação do Relatório Detalhado Quadrimestral - RDQ, referente ao 1º e 2º quadrimestre/2019.*

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Monte Carmelo-MG, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Federal n.º 8142, de 28 de dezembro de 1990, art. 1.º, parágrafo 2.º; a Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012 e a Lei Municipal n.º 813, de 27 de agosto de 2009.

**CONSIDERANDO**, a ducentésima Quinquagésima Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de novembro de 2019, na qual houve a apreciação e aprovação do Relatório Detalhado Quadrimestral - RDQ, referente 1º e 2º primeiro quadrimestre de 2019.

#### RESOLVE:

**Art. 1.º** Aprovar o RELATÓRIO DETALHADO QUADRIMESTRAL - RDQ, referente ao 1º e 2º quadrimestre de 2019.

**Art. 2.º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3.º** Ficam revogadas as disposições em contrário.



**Paulo Rodrigues Rocha**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

#### PORTARIA Nº 9831, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

*"Concede licença prêmio que especifica".*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO, nos termos do Artigo 156 da Lei Complementar, nº 08 de 09/12/2005, ao (a) servidor (a) SUELI DE OLIVEIRA FONSECA JESUS, matrícula 439000, cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, pelo período de 01/11/2019 a 30/11/2019.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/11/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 08 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



#### PORTARIA Nº 9832, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

*"Faz contratação que especifica".*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Contratar SUZIRLEY DO CARMO BERNARDES, matrícula 441042, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, conforme o disposto na Lei nº 342, de 09 de agosto de 2001, com alterações

seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar termo de adesão ao convênio celebrado em 07 de julho de 2011 entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, e a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, constante no Anexo I desta Lei, objetivando a integração dos cadastros e o intercâmbio de informações entre o Cadastro Sincronizado Nacional – CADSINC, e o sistema aplicativo de integração estadual.

**Art. 2º.** Constitui objeto do convênio a que se refere o art. 1º, o desenvolvimento de programa de cooperação técnico-administrativa visando à integração dos cadastros, ao intercâmbio de informações entre o Cadastro Sincronizado Nacional (CADSIC) e os sistema aplicativo de integração estadual, e à disponibilização das respectivas bases de dados cadastrais dos contribuintes em geral, para fins de agilização da obtenção, pelos contribuintes, do seu cadastramento junto à Receita Federal do Brasil – RFB, e a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEFAZ), aos demais órgãos estaduais, e aos Municípios do Estado de Minas Gerais e aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas do Estado de Minas Gerais que aderirem, com a mínima exigência possível de documentos em papel.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 12 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município

### ANEXO I



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Av. Santos Dumont, 380 - CEP: 30111-040 - BELO HORIZONTE - MG  
TEL: (31) 3235-2300 - FAX (31) 3226-5579 - www.jucemg.mg.gov.br



Convênio que entre si celebram a **UNIÃO**, representada pela **Secretaria da Receita Federal do Brasil**, e a **Junta Comercial do Estado de Minas Gerais**, objetivando a integração dos cadastros e o intercâmbio de informações entre o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc) e o sistema aplicativo de integração estadual.

A **UNIÃO**, por intermédio da **Secretaria da Receita Federal do Brasil**, órgão do Ministério da Fazenda, doravante denominada **RFB**, CNPJ nº 00.394.460/0058-87, neste ato representada pelo Secretário, Senhor Carlos Alberto Freitas Barreto, portador da Carteira de Identidade (CI) nº 804.33294-SSP/BA e do CPF nº 061.482.805-82, e a **Junta Comercial do Estado de Minas Gerais**, doravante denominada **JUCEMG**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.486.275/0001-80, neste ato representada por sua Presidente, Senhora Ângela Maria Prata Páez Silva de Assis, portadora da Carteira de Identidade (CI) nº M-699.694-SSP/MG e do CPF nº 452.207.516-20, com fulcro no art. 37, inciso XXII, da Constituição Federal, no Protocolo de Cooperação 01/2004 – I ENAT, de 17 de julho de 2004, no Protocolo de Cooperação 01/2005 – II ENAT, de 27 de agosto de 2005, no Protocolo de Cooperação 05/2006 – III ENAT, de 10 de novembro de 2006, no Protocolo de Cooperação 04/2007 – IV ENAT, de 7 de dezembro de 2007, e na Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, resolvem celebrar, por seus representantes legais, o presente Convênio que se regerá pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA –

O presente Convênio tem por objeto o desenvolvimento de programa de cooperação técnico-administrativa visando à integração dos cadastros, ao intercâmbio de informações entre o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc) e o sistema aplicativo de integração estadual, e à disponibilização das respectivas bases de dados cadastrais dos contribuintes em geral, para fins de agilização da obtenção, pelos contribuintes, do seu cadastramento junto à RFB, à JUCEMG, à Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEFAZ), aos demais órgãos estaduais, e aos Municípios do Estado de Minas Gerais e aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas do Estado de Minas Gerais (CARTÓRIOS) que aderirem ao presente Convênio, com a mínima exigência possível de documentos em papel.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O programa de cooperação técnico-administrativa compreenderá o aperfeiçoamento, a organização e a uniformização de procedimentos para coleta, tratamento e armazenamento de dados cadastrais.

CONVÊNIO JUCEMG-RFB – CadSinc – abril/2011

Página 2 de 4



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Av. Santos Dumont, 380 - CEP: 30111-040 - BELO HORIZONTE - MG  
TEL: (31) 3235-2300 - FAX (31) 3226-5579 - www.jucemg.mg.gov.br



**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A JUCEMG, a SEFAZ, os demais órgãos estaduais, Municípios e os CARTÓRIOS que aderirem ao presente Convênio, no âmbito do programa, adotarão o número de inscrição no CNPJ como identificador cadastral.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A JUCEMG manterá o NIRE como número de identificação do Registro de Empresas.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Para consecução dos objetivos previstos nesta cláusula, os convenientes e os participantes que aderirem ao presente Convênio manterão independentes suas bases de dados cadastrais, observando o sincronismo das informações.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A adesão da SEFAZ e demais órgãos estaduais, dos Municípios do Estado de Minas Gerais e dos CARTÓRIOS ao presente Convênio será formalizada pela assinatura de Termo de Adesão conforme minuta referencial constante do Anexo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A JUCEMG comunicará à RFB a relação dos órgãos estaduais, dos Municípios e dos CARTÓRIOS que aderirem ao presente Convênio.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A JUCEMG, poderá repassar à SEFAZ, aos órgãos do Estado de Minas Gerais, aos Municípios do Estado de Minas Gerais, bem como os CARTÓRIOS que tenham formalizado a adesão a este Convênio, informações exclusivamente cadastrais, relativas a pessoas jurídicas e físicas, obtidas junto à RFB, quando indispensáveis aos procedimentos de registro e legalização de empresas e negócios.

**CLÁUSULA QUARTA** - A execução das atividades do presente Convênio ficará a cargo de comissão paritária, com membros da RFB e JUCEMG, incumbida de praticar todos os atos relativos à atuação conjunta com vistas à consecução dos objetivos do Convênio.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A comissão será composta por quatro servidores, dois de cada conveniente, indicados pelos respectivos representantes mediante comunicação escrita no prazo de trinta dias, contado da data de assinatura deste Convênio.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Sem prejuízo das incumbências previstas nesta cláusula, a comissão poderá propor aos representantes:

I – adoção de projeto técnico de sistema eletrônico;

II – alteração de atos legais ou normativos;

III – alteração ou complementação dos termos do presente Convênio; e

IV – alteração ou implementação de procedimentos técnicos ou administrativos.

CONVÊNIO JUCEMG-RFB – CadSinc – abril/2011

Página 2 de 4



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Av. Santos Dumont, 380 - CEP: 30111-040 - BELO HORIZONTE - MG  
TEL: (31) 3235-2300 - FAX (31) 3226-5579 - www.jucemg.mg.gov.br



**CLÁUSULA QUINTA** - Os convenientes e os participantes que aderirem ao presente Convênio aceitam as limitações normativas impostas pelo seu respectivo Ente Federativo no que concerne a atos reguladores de coleta, tratamento e armazenamento de dados cadastrais.

**CLÁUSULA SEXTA** - As informações de interesse recíproco dos convenientes e dos participantes que aderirem ao presente Convênio serão solicitadas às respectivas prestadoras de serviço ou aos setores responsáveis que mantêm suas bases de dados, por qualquer meio ou solução adotada de comum acordo, observados os procedimentos legais e normativos para sua obtenção.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Os convenientes e os participantes que aderirem ao presente Convênio se comprometem a utilizar os dados que lhes forem fornecidos em decorrência da execução do presente Convênio somente nas atividades que, em virtude de lei, lhes compete exercer, não podendo transferi-los a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, ou de qualquer outra forma divulgá-los, sob pena de extinção imediata deste Convênio.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os convenientes e os participantes que aderirem ao presente Convênio poderão celebrar convênios com outros órgãos ou entidades, com a finalidade de assegurar a veracidade dos dados coletados, sem prejuízo da obrigação descrita nesta cláusula.

**CLÁUSULA OITAVA** - Cada conveniente e cada participante que aderir ao presente Convênio responsabilizar-se-ão pela remuneração devida aos respectivos servidores designados para as atividades previstas neste Convênio, bem assim pelas despesas, no respectivo âmbito de atuação, com desenvolvimento e implementação de projeto, que deverão correr à conta de dotações orçamentárias próprias, ficando claro que este Convênio não envolverá a aplicação de recursos específicos ou ônus financeiro adicional para qualquer dos participantes, tampouco envolverá transferência de recursos financeiros.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A RFB, a JUCEMG, a SEFAZ, os demais órgãos estaduais, os Municípios e os CARTÓRIOS que aderirem ao presente Convênio não arcarão com custos referentes ao acesso, por qualquer meio, às informações que lhes sejam disponibilizadas pelo outro participante, cabendo o ônus ao conveniente ou ao participante aderente que estiver na posição de fornecedor das informações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A RFB será responsável pelo custo da disponibilização das informações até o sistema aplicativo de integração estadual.

**CLÁUSULA NONA** - O presente Convênio terá vigência por prazo indeterminado, a partir da data de sua assinatura, e poderá ser alterado, por consenso e formalizado em termo aditivo, ou denunciado por qualquer dos participantes, mediante comunicação escrita, reputando-se extinto cento e vinte dias após o recebimento da comunicação por qualquer dos convenientes, sem que disso resulte ao participante denunciado o direito a reclamação ou indenização pecuniárias.

CONVÊNIO JUCEMG-RFB – CadSinc – abril/2011

Página 3 de 4



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Av. Santos Dumont, 380 - CEP: 30111-040 - BELO HORIZONTE - MG  
TEL: (31) 3235-2300 - FAX (31) 3226-5579 - www.jucemg.mg.gov.br



**CLÁUSULA DÉCIMA** - As eventuais dúvidas, omissões e controvérsias oriundas deste Convênio serão dirimidas pelos participantes, de comum acordo, mediante proposta de solução a ser apresentada pela comissão paritária de que trata a cláusula quarta.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As eventuais controvérsias que não puderem ser dirimidas de comum acordo entre os participantes serão submetidas ao Juízo da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA** - A RFB e a JUCEMG providenciarão a publicação deste Convênio, em extrato, respectivamente, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

E, por estarem de acordo os participantes, foi lavrado o presente Convênio, em duas vias de igual teor e forma, assinadas pelos respectivos representantes, destinada uma para cada conveniente.

Brasília, 07 de novembro de 2019.

**Carlos Alberto Freitas Barreto**  
Secretário da Receita Federal Brasil



**Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis**  
Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Testemunhas:

1) Nome: Claudio de Almeida Albuquerque  
Matrícula SIAP: nº 1710011  
CPF: 922.001.931-34 e assinatura: [assinatura]

2) Nome: Daniella Góes de Araújo  
CPF: 609.922.405-05 e assinatura: [assinatura]

CONVÊNIO JUCEMG-RFB – CadSinc – abril/2011

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Av. Santos Dumont, 380 - CEP: 30111-040 - BELO HORIZONTE - MG  
TEL: (31) 3226-2300 - FAX: (31) 3226-5570 - www.jucemg.mg.gov.br

**ANEXO**

Termo de Adesão do Município de ..... ao Convênio celebrado, em ..... de ..... de 2011, entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), objetivando a integração dos cadastros e o intercâmbio de informações entre o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc) e o sistema aplicativo de integração estadual.

O Município de ..... CNPJ nº ..... neste ato representado por seu Prefeito, ..... identidade nº ..... CPF nº ..... e por seu Secretário Municipal de Finanças, ..... identidade nº ..... CPF nº ..... resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Convênio celebrado, em ..... de ..... de 2011, entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, objetivando a integração dos cadastros e o intercâmbio de informações entre o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc) e o sistema aplicativo de integração estadual, oportunidade em que se compromete a cumprir os seus objetivos, na forma e nas condições estabelecidas em suas cláusulas.

A JUCEMG comunicará a RFB a celebração deste Termo de Adesão.

A JUCEMG e a Secretaria Municipal de Finanças providenciarão a publicação deste Termo, em extrato, respectivamente, no Diário Oficial do Estado de ..... e em veículo de divulgação oficial do Município.

E, por estarem de pleno acordo, os partícipes assinam o presente Termo de Adesão, em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

..... de ..... de 2011.

Prefeito Municipal de .....

Secretário Municipal de Finanças de .....  
.....  
Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

CONVÊNIO JUCEMG-RFB – CadSinc – abril/2011



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECRETO Nº 2207, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.**

*“Autoriza a cessão do(a) servidor(a) público(a) Lusmar Naves Marques para o Estado de Minas Gerais – Secretaria de Estado de Fazenda.”*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 159 da Lei Complementar nº 08/2005,

**CONSIDERANDO** o Termo de Convênio nº 1910002716 de Mútua Cooperação que entre si celebraram o Estado de Minas Gerais, representado pela Secretaria de Estado de Fazenda, e o Município de Monte Carmelo, em 16/08/2017;

**CONSIDERANDO** que o Termo de Convênio visa à integração de esforços e atividades entre os governos estadual e municipal, com a finalidade de obterem maiores e melhores resultados com menores custos para ambos os Convenientes;

**CONSIDERANDO** que a Cláusula Quarta do Termo de Convênio prevê que “O Estado e o Município, mediante prévio entendimento e observados os dispositivos legais, poderão designar servidores necessários à execução das atividades deste Convênio ou outras estabelecidas em aditivo, se for o caso”;

**CONSIDERANDO** que o artigo 159 da Lei Complementar 08/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, prevê a possibilidade de cessão de servidor público municipal mediante requisição para ter

exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e que far-se-á mediante Decreto do Poder Executivo,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica autorizada a cessão do(a) servidor(a) público(a) LUSMAR NAVES MARQUES, matrícula nº 17256, ao Estado de Minas Gerais para desempenhar suas funções junto à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – Monte Carmelo/MG, no período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

**Art. 2º.** Demais obrigações e condições estão estabelecidas no Termo de Convênio nº 1910002716 de Mútua Cooperação que entre si celebraram o Estado de Minas Gerais, representado pela Secretaria de Estado de Fazenda, e o Município de Monte Carmelo, em 16/08/2017, com vigência até 15/08/2022.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/01/2019.

Monte Carmelo/MG, 08 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECRETO Nº 2208, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.**

*“Autoriza a cessão do(a) servidor(a) público(a) Heloísa Fernandes Mundim para o Estado de Minas Gerais – Secretaria de Estado de Fazenda.”*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 159 da Lei Complementar nº 08/2005,

**CONSIDERANDO** o Termo de Convênio nº 1910002716 de Mútua Cooperação que entre si celebraram o Estado de Minas Gerais, representado pela Secretaria de Estado de Fazenda, e o Município de Monte Carmelo, em 16/08/2017;

**CONSIDERANDO** que o Termo de Convênio visa à integração de esforços e atividades entre os governos estadual e municipal, com a finalidade de obterem maiores e melhores resultados com menores custos para ambos os Convenientes;

**CONSIDERANDO** que a Cláusula Quarta do Termo de Convênio prevê que “O Estado e o Município, mediante prévio entendimento e observados os dispositivos legais, poderão designar servidores necessários à execução das atividades deste Convênio ou outras estabelecidas em aditivo, se for o caso”;

**CONSIDERANDO** que o artigo 159 da Lei Complementar 08/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, prevê a possibilidade de cessão de servidor público municipal mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e que far-se-á mediante Decreto do Poder Executivo,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica autorizada a cessão do(a) servidor(a) público(a) HELOÍSA FERNANDES MUNDIM, matrícula nº 18910, ao Estado de Minas Gerais para desempenhar suas funções junto à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – Monte Carmelo/MG, no período de 19 de novembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

**Art. 2º.** Demais obrigações e condições estão estabelecidas no Termo de Convênio nº 1910002716 de Mútua Cooperação que entre si celebraram o Estado de Minas Gerais, representado pela Secretaria de Estado de Fazenda, e o Município de Monte Carmelo, em 16/08/2017, com vigência até 15/08/2022.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e surtindo seus efeitos a partir de 19/11/2019.

Monte Carmelo/MG, 08 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECRETO Nº 2209, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.**

*“Autoriza a cessão do(a) servidor(a) público(a) Neuzira da Silva para o Estado de Minas Gerais – Secretaria de Estado de Fazenda.”*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 159 da Lei Complementar nº 08/2005,

**CONSIDERANDO** o Termo de Convênio nº 1910002716 de Mútua Cooperação que entre si celebraram o Estado de Minas Gerais, representado pela Secretaria de Estado de Fazenda, e o Município de Monte Carmelo, em 16/08/2017;

**CONSIDERANDO** que o Termo de Convênio visa à integração de esforços e atividades entre os governos estadual e municipal, com a finalidade de obterem maiores e melhores resultados com menores custos para ambos os Convenientes;

**CONSIDERANDO** que a Cláusula Quarta do Termo de Convênio prevê que “O Estado e o Município, mediante prévio entendimento e observados os dispositivos legais, poderão designar servidores necessários à execução das atividades deste Convênio ou outras estabelecidas em aditivo, se for o caso”;

**CONSIDERANDO** que o artigo 159 da Lei Complementar 08/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, prevê a possibilidade de cessão de servidor público municipal mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e que far-se-á mediante Decreto do Poder Executivo,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica autorizada a cessão do(a) servidor(a) público(a) NEUZIRA DA SILVA, matrícula nº 439235, ao Estado de Minas Gerais para desempenhar suas funções junto à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – Monte Carmelo/MG, no período de 29 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

**Art. 2º.** Demais obrigações e condições estão estabelecidas no Termo de Convênio nº 1910002716 de Mútua Cooperação que entre si celebraram o Estado de Minas Gerais, representado pela Secretaria de Estado de Fazenda, e o Município de Monte Carmelo, em 16/08/2017, com vigência até 15/08/2022.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 29/10/2019.

Monte Carmelo/MG, 08 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECRETO Nº 2210, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.**

*“Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e Autarquias”.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** os feriados dos dias 25 (vinte e cinco) de dezembro de 2019 e 01 (primeiro) de janeiro de 2020, datas marcadas por comemorações festivas tradicionais,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica considerado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e Autarquias os dias 23 (vinte e três), 24 (vinte e quatro), 30 (trinta) e 31 (trinta e um) de dezembro de 2019.

**Art. 2º.** Fica assegurada a manutenção dos serviços considerados

essenciais e imprescindíveis, a critério das autoridades competentes.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 12 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECRETO Nº 2211, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.**

*“Aposenta servidor(a) que menciona”.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA**

**Art. 1º -** Fica aposentado (a), conforme Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 08 de 09/12/2005, Lei Municipal 196/99, e Lei Federal 9.876, de 29/11/99, o (a) servidor (a) GERALDO GOMES DA CUNHA, matrícula 26344, cargo de MOTORISTA, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS.

**Art. 2º -** Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 31/10/2019.

Monte Carmelo/MG, 13 de novembro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECRETO Nº 2212, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.**

*“DECLARA COMO UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA QUE ESPECIFICA”.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que a declaração de utilidade pública para fins de servidão administrativa é ato administrativo de competência do Prefeito Municipal, nos termos do art. 86, inciso I, alínea “e” da Lei Orgânica Municipal;

**CONSIDERANDO** que a área declarada de utilidade pública, será utilizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos para a implantação de uma rede de drenagem pluvial, a fim de corrigir os problemas de escoamento das águas nos Bairros Lagoinha, Boa Vista, Lambari e Dona Quita;

**CONSIDERANDO** que após a declaração de utilidade pública desta área será instituída servidão administrativa;

**CONSIDERANDO** que a servidão administrativa é um ônus real de uso, imposto especificamente pela Administração a determinados imóveis particulares, para possibilitar a realização de obras e serviços públicos;

**DECRETA**

**Art. 1º -** Fica declarada como de utilidade pública a área de 193,79m², no Bairro Lagoinha, de propriedade de Cerâmica Belmonte Ltda. ME, inscrita no CNPJ sob o nº 64.226.434/0001-97, para implantação de uma rede de drenagem pluvial, a fim de corrigir os problemas de escoamento das águas nos Bairros Lagoinha, Boa Vista, Lambari e Dona Quita, de acordo com as seguintes confrontações:

Inicia-se na Rua São João na divisa do Bairro Boa Vista IV, a 32,70m da última residência construída (Casa nº 100), numa profundidade de 0,40m do nível